

Para onde Ernesto Araújo levou o Brasil?



Por **MARIANA DAVI FERREIRA***

Diante de problemas de dimensão internacional, a política externa é central na resolução e aproxima-se da sociedade. Com Bolsonaro passou a ser parte do problema e divorciou-se da sociedade

Quais os impactos da trajetória de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores para o atual “lugar do Brasil no mundo”^[1]? E quais fatores levaram à sua queda? Para tentar responder estas perguntas, trazemos alguns elementos sobre a política externa brasileira do governo neofascista de Jair Bolsonaro. Se considerarmos que a política externa de um Estado deve corresponder, como citam Berringer, Maringoni e Schutte, na apresentação do livro *As bases da política externa Bolsonarista* (EdUFABC, 2021), ao “seu projeto de desenvolvimento e como se relaciona internacionalmente do ponto de vista da produção”, levantar esses elementos nos conduzirá a uma reflexão sobre por que Ernesto Araújo simboliza a construção de um projeto entreguista e de subordinação passiva do Brasil aos interesses do imperialismo estadunidense.

Os primeiros passos do governo Bolsonaro e o giro da política externa brasileira

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 traz consigo alterações na agenda da política externa brasileira que remetem ao golpe da presidenta Dilma. Durante os governos petistas a política externa estava no centro do debate político. Entretanto, desde a entrada de José Serra no cargo de Ministro das Relações Exteriores, em maio de 2016 (quando Temer assume como presidente interino), só acumulamos derrotas mediante a instauração de um projeto entreguista. Nesse primeiro momento, colecionamos perdas consideráveis: o afastamento do Estado brasileiro de Cuba e da Bolívia, a abertura do pré-sal ao capital internacional, avanços na negociação do acordo União Europeia – Mercosul em condições extremamente assimétricas e o foco da entrada do Brasil na OCDE^[2] (já que o país perderá o *status* de países que recebem doações. Isso tem implicações importantes no ponto de vista de financiamento).

Essa agenda se aprofunda com a vitória de Bolsonaro. Muito se debatia, no final de 2018, sobre os rumos da política externa brasileira do novo governo. Até que ponto Jair Bolsonaro conseguiria afundar o Brasil? Como se configura a política externa de um governo neofascista em um Estado dependente? A nomeação de Ernesto Araújo, membro da ala olavista, e seu discurso de posse nos deu uma perspectiva do que viria a seguir. Observa-se uma tendência ao desmonte das tradições da política externa brasileira e um compromisso no combate ao globalismo, ao comunismo e ao marxismo cultural. Ernesto Araújo argumentava ser necessário retomar os “valores do Ocidente”, como o cristianismo e as “liberdades individuais”, enxergando na liderança de Donald Trump o caminho para esta retomada no nível internacional. Em consequência disso, afirma que o enfrentamento do marxismo cultural é central, pois estaria destruindo os valores ocidentais.

Neste tom, 2019 foi um ano de aprofundamento da agenda de política externa que o governo Michel Temer havia iniciado. Entretanto, com uma retórica ainda mais polarizada e construída em torno da criação de inimigos a serem combatidos. Na prática, se o Brasil passou décadas virando as costas para a América Latina e isto mudara durante as gestões petistas, vimos nos governos Temer e Bolsonaro um retrocesso, de modo que as relações com os países latino-americanos deixaram de ser prioridade.

Já no primeiro mês de governo Bolsonaro, Ernesto Araújo reconheceu Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela – lembremos que Guaidó se autoproclamou presidente do país sem nenhuma legitimidade popular. O conflito com a Venezuela ficou cada vez mais tenso, resultando na expulsão do corpo diplomático venezuelano do Brasil em 2020. Esses conseguiram permanecer no Brasil mediante solicitação de *habeas corpus*. O único país latino-americano com o qual o governo Bolsonaro manteve boas relações foi a Argentina, não pelo histórico da relação bilateral com o Estado argentino, mas pela contingência do governo Macri assemelhar-se em muitos aspectos ao programa de governo Bolsonaro. Com a derrota de Macri e a vitória da chapa kirchnerista nas eleições presidenciais de 2019, Bolsonaro lamentou a vitória de Alberto Fernández e não cumprimentou o candidato vitorioso, quebrando uma tradição diplomática. E lembremos, gestos são mais que símbolos quando falamos de diplomacia.

A maior aproximação com os Estados Unidos se deu a partir de uma relação de subordinação passiva explícita^[iii] ao imperialismo. Elemento perspicaz é que essa aproximação não se constituiu através de um adensamento da relação entre o Estado brasileiro e o Estado americano, mas sim uma relação entre Bolsonaro e Trump, dois presidentes com alinhamento ideológico. Em matéria de política internacional, esse alinhamento explicita-se sobretudo nas questões referentes à questão ambiental, à Venezuela e à China. A única diferença é a posição na qual esses dois Estados estão na hierarquia de poder internacional. Enquanto os Estados Unidos são um país imperialista, o Brasil se associa aos EUA na posição de um país de capitalismo dependente e, sob o governo de Bolsonaro, com um projeto entreguista de política externa.

No que tange às relações com nosso principal parceiro comercial – a China –, uma série de contradições são explicitadas. Ao estabelecer uma relação de subordinação passiva explícita ao imperialismo, o Brasil assume uma posição delicada no complexo tabuleiro de xadrez que é a relação conflituosa entre Estados Unidos e China na contemporaneidade. Por um lado, o agronegócio e outras frações da burguesia brasileira pressionam o governo Bolsonaro para o aprofundamento das relações comerciais sino-brasileiras, fundamentais para as taxas de lucro dos exportadores das *commodities* brasileiras. Por outro lado, há várias declarações críticas ao Estado chinês vindas do Ministro das Relações Exteriores e outros membros do governo Bolsonaro, com destaque para seu filho, Eduardo Bolsonaro, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara. Inicialmente, esse conflito entre o Estado chinês e o brasileiro apresentava-se no plano do discurso diplomático. Entretanto, isso vem repercutindo em tensões mais drásticas nas relações Brasil-China, como na disputa em torno do leilão da tecnologia 5G no Brasil e na negociação de vacinas e insumos para imunizantes.

Além disso, ocorreu uma quebra da tradição diplomática brasileira de apreço aos organismos multilaterais. Exemplo disso foi o voto a favor do embargo econômico a Cuba, em 2019, quebrando uma tradição de cinco décadas na qual o Estado brasileiro votava pelo fim do bloqueio na Assembleia Geral da ONU. Outro fato notório foi o voto contra direitos reprodutivos e menções aos direitos LGBT nas resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU, no mesmo ano. Em síntese, Ernesto Araújo cumpriu o papel de isolar o Brasil do mundo, levando o país a uma posição de “pária” nas relações internacionais, como ele mesmo afirmou.

A política externa brasileira, a pandemia e a saída de Ernesto Araújo

Com a chegada da pandemia ao Brasil, em março de 2020, a política externa conduzida por Ernesto Araújo parece ter agravado ainda mais “o lugar do Brasil no mundo”. A pandemia do COVID-19 colocou a necessidade de se construir um projeto mundial de combate ao vírus e, consequentemente, de produção e distribuição da vacina – também conhecida como a *geopolítica da vacina*. Isso exigiu que os Estados tratassem a saúde pública como uma matéria de política externa, concedendo centralidade ao papel dos Ministérios das Relações Exteriores no combate à pandemia. Esse processo fez com que a política externa voltasse ao centro do debate político brasileiro. Entretanto, a incapacidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na coordenação das negociações para a importação de vacinas foi um fator que explicitou ainda mais a descredibilização de Ernesto Araújo.

Tudo se agravou quando, em março de 2020, Eduardo Bolsonaro *twittou* que a culpa da pandemia do coronavírus era da China, uma declaração de xenofobia e preconceito com o povo chinês. O fato resultou em uma crise diplomática com o país, a partir da qual o embaixador chinês exigiu retratação do Brasil. Na ocasião, o ministro Araújo tomou uma posição em defesa do filho do presidente, piorando a crise. Quem cumpriu o papel de Araújo foi Rodrigo Maia, presidente da Câmara naquele momento, com um pedido de desculpas oficial ao Estado chinês.

O ministro continuou a reforçar a retórica de que o vírus fora um instrumento do “comunismo chinês” para disputar a hegemonia com os Estados Unidos, chamando o vírus de “comunavírus” em seu blog. A cereja do bolo foi a declaração de Bolsonaro de que o governo brasileiro não iria obter a *CoronaVac*, por tratar-se de uma vacina chinesa que não transmitiria segurança para a população brasileira. Essas declarações do ministro e do Chefe de Estado brasileiro são baseadas no negacionismo e na deslegitimação da ciência, elementos da ideologia neofascista. Isso demonstra que o neofascismo explicita-se também na condução da política externa desse governo. Como sistematizam os autores na apresentação do livro “*A política externa de Bolsonaro na pandemia*” (Fundação Friedrich Ebert, 2020), o governo Bolsonaro articula “o negacionismo da ciência à submissão incondicional aos EUA e, particularmente, ao Trumpismo”.

A postura hostil que Araújo adotava nas relações com a China é um fator que agravou as dificuldades para exportar vacinas e insumos centrais no combate à pandemia. Segundo *O Globo*^[iv], no último mês, em reunião de deputados brasileiros com o embaixador da China no Brasil, ouviram dos chineses que, *com Araújo no Itamaraty, não tem conversa*. Respingos desse conflito resultaram no atraso do envio do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) pela China à Fiocruz, em janeiro, que impactou o cronograma de produção da vacina Astrazeneca/Oxford no Brasil. Outro episódio lamentável foi a incapacidade do ministro das relações exteriores na condução das negociações de compra de vacinas e insumos com o Estado indiano. Outra vez a Fiocruz tinha a previsão de produzir 30 milhões de doses para abril, mas com o atraso na entrega do princípio ativo da vacina vindo da Índia, serão produzidas só 18 milhões.

Em um momento no qual a política externa brasileira poderia ter cumprido um papel central na construção de saídas concretas para a vacinação massiva, através da importação de imunizantes em larga escala e de insumos necessários para a fabricação das vacinas nos laboratórios brasileiros, mais uma vez a condução da política externa brasileira nas mãos de Ernesto Araújo mostrou-se ineficaz e incompetente. Se hoje temos quase 350 mil brasileiros e brasileiras mortas, a responsabilidade disso também está nas mãos do ex-ministro.

Nada mais razoável seria a saída de Araújo, após essa trágica trajetória à frente do MRE. Mas sua despedida do cargo não se deu por uma vontade política do Palácio da Alvorada e sim, por pressão do Centrão, conduzida pelos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco. Em pronunciamento, Arthur Lira disse que o ministro perdeu a capacidade de dialogar com os países, apontando que Araújo significa um empecilho para relações bilaterais fundamentais no combate ao coronavírus.

Entre os últimos acontecimentos que aceleraram sua saída está o embate com a senadora Kátia Abreu (PP), que foi acusada de defender o Estado chinês por cobrar uma posição do MRE sobre o leilão da 5G. Além disso, o próprio corpo diplomático do Itamaraty demonstrava desconforto com a atuação de Araújo. Destacamos a sua participação em audiência do Senado, no dia 24 de março, para prestar esclarecimentos sobre a sua incompetente condução da política externa brasileira na compra de vacinas. Na ocasião, Araújo reforçou a posição do Estado brasileiro contra a quebra de patentes de vacinas e fez um discurso que nada tinha de realidade alegando celeridade na obtenção dos imunizantes. Diria que o estopim foi a apresentação de um pedido de *impeachment* ao chanceler no Congresso, que poderia enquadrá-lo por crime de responsabilidade relacionado, entre outras questões, à falta do engajamento do Brasil nos esforços multilaterais de enfrentamento à pandemia.

Mesmo depois de pressões vindas do centrão, da Câmara e do Senado, Bolsonaro ainda resistiu à demissão de Araújo, pois seria mais uma “perda” à ala olavista do seu governo. Entretanto, após o aumento das pressões, na manhã do último dia 29, o ministro pediu demissão, abrindo o caminho para alterações de mais seis ministros e uma crise no governo Bolsonaro.

Diante desses motivos que originaram a retirada do diplomata da liderança do Ministério, digo ao leitor que não crie muitas expectativas para o que está por vir em matéria de política externa. O seu sucessor, o diplomata Carlos Alberto Franco de França, tem um perfil mais discreto, mas não promete alterar a linha política de condução do MRE. O nome teve o “aval” de Eduardo Bolsonaro e de Filipe Martins, assessor especial para assuntos internacionais e que compõe a ala olavista do governo. O diplomata tem uma carreira ligada ao cerimonial do Itamaraty, nunca chefiou um posto no exterior e foi promovido a embaixador há pouco tempo, ocupando postos nas embaixadas brasileiras nos EUA, no Paraguai e na Bolívia. França estabeleceu relações de confiança com Bolsonaro ao chefiar o cerimonial do Palácio do Planalto. A síntese é que muda o nome, mas o projeto entreguista, de subordinação passiva ao imperialismo e de destruição da imagem do Brasil na política internacional continuará a mesma.

Uma síntese importante é que a política externa brasileira poderia ter cumprido um papel central no combate à pandemia, caso o Estado brasileiro tivesse se envolvido nos esforços multilaterais de combate à pandemia, na construção de acordos bilaterais com países produtores de vacina, entre outras iniciativas que apontam para um passado no qual o Brasil destacava-se pela condução de uma política externa ativa e altiva. Outro aprendizado que podemos tirar é que, quando enfrentamos problemas de dimensão internacional, a política externa torna-se central na resolução dessas questões e aproxima-se da sociedade. Essa é uma contradição que devemos explorar para trazê-la ao centro do debate político.

Por fim, se – por um lado –, o cenário é trágico, por outro, coloca-nos a perspectiva de que a única saída possível é a derrota de Bolsonaro e a construção de um projeto de desenvolvimento nacional, que garanta a soberania e a autodeterminação dos povos. Por isso, a conjuntura coloca centralidade na campanha #ForaBolsonaro e na luta coletiva para o enfrentamento à pandemia por meio da defesa do SUS, a luta pelo acesso universal à vacina e pela redução da desigualdade social que a pandemia agravou, garantindo o auxílio emergencial de 600 reais. É urgente um projeto que coloque a vida acima do lucro.

***Mariana Davi Ferreira** é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e militante do Levante Popular da Juventude.

Notas

^[i] Pegamos emprestado a expressão que os autores do livro *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação* usam para definir didaticamente a inserção internacional do Estado brasileiro.

^[ii] *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*.

^[iii] Essa caracterização vem sendo utilizada por Tatiana Berringer para caracterizar as relações BR-EUA no governo Bolsonaro.

^[iv] <https://outline.com/kKyDyz>